

O DEBATE PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA-LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI E SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ

Claudia Mirandaⁱ

Resumo: Neste artigo, ganhou relevo o pensamento de Silvia Rivera Cusicanqui e de Santiago Castro-Gómez. Localizamos aspectos chaves para entender idiossincrasias do debate latino-americano sobre resistência e luta, bem como aportes sobre limites da crítica pós-colonial. Ao mesmo tempo, nos auxiliam com as ancoragens que realizam quando cartografam, a partir da Sociologia e da Filosofia, outras expedições teórico-epistêmicas sobre América Latina, um território convertido em o outro colonial. Localizamos, como parte da interação que objetivam, algumas pistas sobre um fazer investigativo expedicionário e consideramos abordagens advindas do esquema interpretativo que adotam em seus respectivos campos de produção.

Palavras-chave: Silvia Rivera Cusicanqui; Santiago Castro-Gómez; América Latina; A invenção do outro colonial.

EL DEBATE PÓS-COLONIAL EN LATINO-AMERICANA: CONTRIBUCIONES DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI Y SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ

Resumen: En este artículo, ganó relieve el pensamiento de Silvia Rivera Cusicanqui y de Santiago Castro-Gómez. Localizamos aspectos claves para entender idiosincrasias del debate latinoamericano sobre resistencia y lucha, así como aportes sobre límites de la crítica postcolonial. Al mismo tiempo, nos auxilian con los anclajes que realizan cuando cartografian, a partir de la Sociología y de la Filosofía, otras expediciones teórico-epistémicas sobre América Latina, un territorio convertido en el otro colonial. Localizamos, como parte de la interacción que objetivan, algunas pistas sobre un hacer investigativo expedicionario y consideramos enfoques provenientes del esquema interpretativo que adoptan en sus respectivos campos de producción.

Palabras clave: Silvia Rivera Cusicanqui; Santiago Castro-Gómez; América Latina; La invención del otro colonial.

Em um esforço de aprendermos com pedagogias alternativas, de estudarmos políticas, discursos e práticas indo além do acúmulo das pesquisas desenvolvidas no Brasil, realizamos investigações expedicionárias. Os movimentos pedagógicosⁱⁱ dos quais fazemos parte, na América Latina (AL), têm indicado algumas chaves analíticas para investigações pautadas em abordagens descentradas que, por sua vez, exigem confrontos teórico-epistêmicos. Nesse

contexto mais amplo, o espectro do pensamento latino-americano, nos convoca a retomarmos a produção de intelectuais como Silvia Rivera Cusicanqui (Bolívia) e Santiago Castro-Gómez (Colômbia). Tanto a visão sócio-histórica quanto a visão filosófica apresentadas, respectivamente por esses especialistas influenciaram as linhas de pesquisa, que estamos trabalhando no campo da Educação. Essa influência se dá justamente, pela capilaridade de suas teses. Tal como as escolhas que fizeram, trilhamos caminhos não eurocêntricos para a formação de novas/os pesquisadoras/es e para o desenvolvimento de aportes que sustentem as proposições que perseguimos.

As interações promovidas, dialogicamente, ampliaram as estratégias de permanência em um eixo que congrega, em grande medida, outras Sociologias, outras Filosofias e outras Educações. Localizamos movimentos que transbordam, no século XXI, incluindo aqueles iniciados no século anterior, por volta dos anos de 1920, tendo em conta sua exemplaridade frente aos desafios de re-existência latino-americana. Referimo-nos às dinâmicas que deixaram contribuições inestimáveis para concebermos outras epistemologias.

As investigações expedicionárias, aqui mencionadas, nos ensinaram a valorizar confrontos políticos e pedagógicos advindos de batalhas de sentidos que são próprias do trabalho intelectual-acadêmico. Nessa jornada, onde o foco está, sobretudo, nas alternativas epistêmicas, torna-se imperativo diversificar a interlocução, no ir e vir, próprio da vida de pesquisadoras/es em qualquer área. Encontrar interseções nas obras de Silvia Rivera Cusicanqui e de Santiago Castro-Gómez é parte dos resultados dos achados expedicionários. Em *El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia* (2008), a autora faz referência aos movimentos na região andina levando em conta sua insurgência:

O certo é que na década de 70 surgem, em toda a área, vigorosos processos de autoconsciência étnica e se formam organizações que reclamam para si, o direito de gerar suas próprias sistematizações ideológicas e políticas, se afastando do rol de intermediários, os intelectuais e cientistas sociais das diversas disciplinas (CUSICANQUI, 2008, p. 160).

São esses alguns traços dos episódios que vêm animando nossas perspectivas de, em primeiro lugar, entender o pano de fundo do processo pós-colonial para a AL. Nesse sentido, fizemos importantes incursões que nos levaram a reconhecer abordagens teóricas e

metodológicas pensadas e produzidas, na região, e que devem ser recuperadas como possíveis *links* para os estudos sobre disputas epistêmicas no campo da História, da Filosofia e da Educação. Em outros termos, os movimentos de resistência citados por Cusicanqui, na Bolívia, disparam outras traduções sobre a invenção da América Latina.

Em pesquisas mais recentes, onde inclui as imagens como parte de suas práticas pedagógicas, na Universidade de La Paz, explica que a ação reflexiva através do olhar trabalha sobre o palimpsesto do presente, e isso pode ser uma *bricolagem barroca e subversiva* (CUSICANQUI, 2017, p. 78). Ao disputarmos sentidos outros para a pesquisa acadêmica e, ao propormos investigações expedicionárias, os estudos da pensadora boliviana são fontes a serem incorporadas. Fará diferença perguntarmos sobre qual papel as experiências andinas jogam no mapa de proposições pós-coloniais. Sobre qual o lugar de destaque da Bolívia e de suas diferentes formas de enfrentamento anti-oligárquico.

Podemos afirmar que, em seus argumentos, Cusicanqui alcançou produzir cartografias que refletem distintas práticas descolonizadoras, e que, ao mesmo tempo, revelam especificidades da violação secular dos direitos dos povos originários.

Alfonso Torres Carrillo é enfático quando apresenta a centralidade dos movimentos sociais latino-americanos e os fazeres alternativos na Educação. Define a Educação Popular como uma corrente pedagógica legitimada entre segmentos que trabalham no campo, nos bairros populares e na educação de jovens e adultos. Segundo ele, *salvo contadas excepciones, la mayoría de estudiantes universitarios desconocen la Educación Popular, no han leído a Paulo Freire mucho menos se han acercado a prácticas específicas de Educación Popular* (2008, p. 11-12). Ao discorrer sobre o cotidiano no mundo docente universitário, aponta especificidades das representações construídas na comunidade acadêmica da qual faz parte. Nesse bojo, observa como alguns outros debates são incipientes mesmo tendo como contraponto, a presença da referida temática e dos seus principais ícones na AL. Em suas palavras *resulta curioso destacar, que em alguns países como Colômbia está chegando como novidade teórica, a corrente da Pedagogia Crítica norte-americana, a qual está sendo recebida com entusiasmo desbordante por parte de muitos educadores* (CARRILLO, 2008, p. 12). Essa constatação pode indicar como algumas lutas políticas e pedagógicas foram silenciadas e seguiram, por muito tempo, ausentes dos eixos de pesquisa, bem como dos currículos elaborados para o campo da Educação e para as Ciências Sociais, na sua totalidade. No caso do Brasil, a produção de filósofas/os, historiadoras/es, e sociólogas/os da AL, ainda é uma

novidade. Mesmo com o *boom* – considerando o legado de autores como Paulo Freire – da Educação Popular, com toda a movimentação pedagógica demandada pelas urgências da AL, a produção que incorpora os referenciais desse debate educacional mais amplo, ainda é tímida. Fará diferença incluir, nessa problemática, a educação superior. Pelo que já apreendemos, o pensamento filosófico latino-americano pode ser mais bem examinado se partirmos de outras andarilhagens. E os constructos desenvolvidos por Cusicanqui e por Castro-Gómez nos ajudam a imprimir mapas conceituais sobre o tema de fundo aqui proposto de modo a complexificarmos o escopo da pesquisa em Educação. Pensando com Ilse Scherer-Warren (2008), é *mister* aprender – para o nosso ir e vir como especialistas –, como atores coletivos promovem sua agenda e como tais dinâmicas podem se converter, também, em movimentos sociais.

O trabalho de Cusicanqui está atravessado pela dedicação aos projetos do *Taller de História Oral Andina* (THOA), iniciado em 1983, na Bolívia. O desafio de trabalhar com o foco em outras metodologias de investigação social e acadêmica levou a autora a um exercício coletivo: *no marco do trabalho conjunto com irmãos e irmãs do Taller de História Oral Andina, foi ficando cada vez mais evidente a dimensão política e subversiva da investigação no âmbito multifacetado e plural da memória coletiva* (2015, p. 14). De certo, tanto Cusicanqui como Castro-Gómez, receberam influências de intelectuais comprometidas/os com os movimentos de insurgência anti-colonial, estando entre eles, Frantz Omar Fanon (1925-1961). No esquema teórico fanoniano, a descolonização ganha relevo quando propõe um tipo de substituição total e não residual: propõe mudanças que precisam ser realizadas a partir dos sujeitos colonizados com uma consciência política. A colonização é, assim, um papel em branco que antes continha histórias de grupos humanos, de sociedades inteiras. Seu processo nefasto permitiu o “recomeço” – uma criação. Produziram-se, portanto, homens e “sombras”. Organizar e substituir, na estrutura social, as relações de convívio, implicou na desumanização de multidões.

O processo de descolonização, por sua vez, é um processo de desordem total, uma política de guerra que tem como interesse, a vontade de provocar a morte. Daí pode-se apreender o radicalismo de Fanon. A descolonização não é um caminho que visa o fim das guerras, porque é um processo que desencadeia a própria guerra. Em outras palavras, Fanon definirá o processo como a “razão do homem colonizado”. Por tudo isso, é ele quem inaugura a crítica pós-colonial e se converte em uma das maiores expressões pan-africanas influenciando críticos com especial notoriedade, para Edward Said. Inegavelmente, a “invenção do Oriente

pelo Ocidente” é tema que nasce dos estudos de Said (1990), mas no diálogo com a teoria produzida pelo revolucionário da Martinica.

A importância das questões levantadas por Cusicanqui e por Castro-Gómez é também pelos vínculos com a tese de Fanon. Daí, partimos. Mais que examinar a relação de dependência Norte-Sul que possa existir, na produção dos/as teóricos/as imigrantes das ex-colônias britânicas – e que se converteram em ícones, da crítica pós-colonial –, é prioridade, nesse trabalho, apontarmos aspectos do legado latino-americano que favorece o desmonte do eurocentrismo e que alcança outro debate onde a colonialidadeⁱⁱⁱ pode desnudar a idéia de modernidade (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

São achados relevantes para conhecermos aspectos das lutas anti-coloniais tendo em vista a problemática que nos alinha, globalmente. Como uma espécie de onda, formada, um pouco antes da década de 1960, o que vimos é um fluxo contínuo, que, se constitui multidimensionalmente provocando novas imersões teóricas e práticas. É possível entender como essas correntes propositivas favoreceram a compreensão de disputas presentes nos micro contextos localizados, inclusive, no Norte (em suas periferias) e promoveram outras dinâmicas de contestação. Caberia observarmos movimentos de re-existência nas denúncias realizadas também por expoentes como Abdias do Nascimento, Angela Yvonne Davis, Paulo Freire, Gloria Jean Watkins (bell hooks), por exemplo. Intelectuais-ativistas que denunciaram conformações bem próximas em seus respectivos países e que discutiram os mecanismos de subalternização via diferentes sistemas sociais.

Para outras expedições investigativas mais coletivas e mais ao Sul importa assumirmos, como horizonte, as análises desenvolvidas nos grupos que se consolidaram nos países dos “mosaicos latino-americanos”. Nessa aproximação, que inclui uma autora boliviana e um autor colombiano, agregamos novos sentidos de fronteira para promovermos outras inquietações arqueológicas. Em um esforço metodológico, temos privilegiado, no campo da pesquisa acadêmica, não apenas escrever sobre o que vivenciamos, mas deixar outras indagações sobre os aportes da pesquisa social e acadêmica. Daí, indagamos sobre as lutas anti-oligárquicas e as lutas por autonomia: o que temos a ver com isso, como brasileiras/os? Quais pistas Cusicanqui oferece em *Oprimidos pero no vencidos* ao recuperar o passado boliviano para uma análise acerca dos caminhos futuros - das formas de resistência e de reivindicar direitos? Podemos efetivamente, estar mais ao Sul, como parte da proposta que vai se tornando expedicionária, ao invés de apenas incluímos, em nossos projetos, pressupostos teóricos? Quais os sentidos do

debate pós-colonial para o Brasil e o que pode ser problematizado em termos de “práticas descolonizadoras”, conforme sugere a autora?

Metodologias e abordagens expedicionárias, portanto, são engendradas nos interstícios de um *ethos* intelectual-ativista e acadêmico “outro”. Algo alcançado em des-engrenagens permanentes. Um estado de indagação e de desalinhamento – também estratégico - com o que, antes, estava dado como único *locus* enunciativo. Nossa auto-representação inclui uma busca permanente de outras ancoragens sociais, políticas e epistêmicas para pensar sentidos de educação, no Brasil. Estar mais ao Sul tem sido um desconstruir-se frente ao legado colonial-epistêmico e, conseqüentemente, defender-se assumindo as disjunções com o que vivenciamos no país de origem. Em trânsito, reconhecemos outras entradas e, pouco a pouco, as expedições nos desafiam a outras leituras de mundo e de nós mesmas/os. São re-aprendizagens que nos impõem interseções urgentes; exigem a visibilidade de aspectos desprezados ao longo de nossa história colonial e que passam a ganhar importância. Com esse intuito, é imperativo assumirmos jornadas e *rut*as menos estadunidenses e, menos européias. Na vasta literatura e crítica pós-colonial está expressa – sobretudo nas análises de teóricas/os influentes como os/as indianos/as Homi Bhabha e Gayatri Spivak, o palestino Edward Said, o jamaicano Stuart Hall, o camaronês Achille Mbembe, entre outras/os –, o legado de Fanon, um pensador imprescindível para leituras mais ao Sul.

Na medida em que seu trabalho aparece como um dos primeiros a animar um grito descolonizador universal, Fanon se constituiu como um elo para alinhar distintas expedições. E nesse movimento universal, importa ressaltar os estudos localizados na AL, onde estão envolvidos coletivos de grande expressão, intelectuais e acadêmicos como Silvia Rivera Cusicanqui, Zulma Palermo, Henrique Dussel, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, entre outras/os. Numa “desmontagem cartográfica”, (grifos nossos), colocamos em relevo sociologias e filosofias outras para concebermos processos desestabilizadores e potentes. Em sentido mais restrito e para explicar as inquietações que nos impulsionam, nesse trabalho, o contato com as produções de Silvia Rivera Cusicanqui e de Santiago Castro-Gómez evidencia uma pluralidade de proposições que podem ser estudadas em camadas tendo em vista a densidade de seus quadros teóricos. São críticos de países distintos e com suas abordagens, é possível entender quais eixos foram reveladores no esforço de apontar especificidades acerca dos efeitos do colonialismo e como essa visão latino-americana é necessária por indicar outras leituras e outras representações do debate pós-colonial.

Com essa literatura e, para a realidade vivenciada no mundo acadêmico brasileiro, localizamos -, como parte da interação que buscamos -, um fazer investigativo com conexões periféricas, se assim pudermos considerar. Vislumbramos experiências transitórias para a ampliação de percursos, de dinâmicas que possam incluir contextos invisibilizados e nos quais nos reinventamos como parte de movimentos rumo ao Sul.

Filósofo colombiano e professor da Pontifícia Universidade Javeriana (Bogotá), Santiago Castro-Gómez nasceu na cidade de Bogotá, no ano de 1958. Estudou Filosofia na Universidade Santo Tomás e herda, do “Grupo de Bogotá” (de Filosofia), uma identidade que favorece as suas inserções como especialista neste campo. Dedicou-se a desenvolver a linha de pesquisa “Genealogia da Colombianidade” e a impulsionar o Instituto Pensar, onde trabalha, atualmente. Discípulo do professor Martínez Argote, é reconhecido como um dos teóricos que se lança no campo dos Estudos Culturais Latino-americanos. São diversos os seus interesses na Filosofia e suas percepções sobre a crítica pós-colonial, dão sentido às aproximações que iniciamos aqui.

De ascendência Aymara, Silvia Rivera Cusicanqui nasceu em 1949, na Bolívia. Socióloga e historiadora, a professora emérita da *Universidad Mayor de San Andrés* transitou, nos últimos trinta anos, pela história política e social do seu país, sendo esse um dos temas de sua vasta produção como teórica mas também como intelectual-ativista. É reconhecida como pensadora vinculada a coletivos de grande expressão, sendo um deles, o coletivo responsável (juntamente com ela) pela criação do *Taller de Historia Oral Andina* (THOA). Uma de suas características mais expressivas foi trabalhar agregando diferentes segmentos da sociedade, garantindo a presença das/os estudantes Aymaras nos processos formativos e universitários. Seus vínculos se destacam ainda com os Movimentos Katarista, Libertário e Movimento Cocalero. Tem desempenhado o papel de professora visitante em diferentes universidades do mundo, estando entre elas, La Rábida, Universidade de Columbia, Universidade Andina Simón Bolívar, FLACSO e Austin.

Silvia Rivera Cusicanqui: colonialismo e práticas descolonizadoras

Os pressupostos de Silvia Rivera Cusicanqui, no âmbito dos estudos da História Oral, se converteram em um marco para entendermos outros constructos teórico-metodológicos, indo além das proposições vinculadas ao território boliviano. O desenho proposto, na sua análise,

está baseado em períodos chave da luta e de processos de resistência dos grupos de maior expressão no mundo andino. Seu trabalho “O potencial teórico e epistemológico da história oral” (2008) gerou repercussão e sua performance como intelectual se amplia. Compreende que *la emergencia de nuevos movimientos y organizaciones indios, que no encajan en el marco de las contradicciones estructurales de clase, constituye el necesario telón de fondo de estos esfuerzos de investigación* (CUSICANQUI, 2008, p. 165). Nesse percurso investigativo, apresenta um mosaico analítico que segue influenciando novos grupos de estudiosas/os. Sobre o *boom* dos anos de 1970, faz uma observação reveladora:

Las elites de izquierda, de raíz cultural criolla occidental, tenían una visión meramente instrumental de las demandas étnicas: ellas eran útiles sólo en tanto no se autonomizaran de la movilización popular controlada por la izquierda. Allí se esconde un esfuerzo de integrar y “civilizar” al indígena no muy diferenciado de las matrices ideológicas que el marxismo combatía - el nacionalismo y el liberalismo -, con las cuales comparte una visión evolucionista del devenir histórico, colocando a las sociedades indígenas en idéntico papel de objetos de una misión civilizadora. Su perspectiva no podía ser otra que la desintegración, ya sea dentro del molde del “ciudadano libre e igual” del capitalismo, o del trabajador masa del socialismo. En el plano epistemológico, se reproducía una relación asimétrica entre un “sujeto cognoscente” que compartía en lo esencial la visión del mundo de la sociedad occidental dominante, y un “otro étnico”, cuya identidad era atribuida desde fuera, o forzada a una redefinición radical, para encajar con los intereses más vastos del campesinado y el proletariado (CUSICANQUI, 2008, p. 160).

A ascensão das mobilizações políticas e sociais, naquele período, favoreceram interpretações de grande alcance e inspiraram abordagens marcadas pela investigação-ação. Ao interpretarmos a dinâmica desse movimento de garantia de autonomia podemos afirmar que o legado do THOA está nas reações anti-coloniais:

Los símbolos y temáticas del movimiento se manifiestan en una doble demanda crítica hacia la sociedad q'ara dominante: la lucha por la ciudadanía permanentemente escamoteada por la vigencia de mecanismos de discriminación y exclusión y la lucha por el respeto a la autonomía cultural y territorial india enarbolada con firmeza como fuente de autodeterminación política (CUSICANQUI, 2008, p. 165).

“Refinamento metodológico” e “autonomia do discurso ideológico” são aspectos valorizados e que são frutos das sucessivas discussões em grupos mistos, formados por segmentos, que objetivavam e objetivam garantir um exercício de ser comunidade e de gerar sentidos para a pesquisa social. Por outro lado, a “luta por cidadania” e pelo “respeito a autonomia cultural e territorial indígena” impulsionaram os projetos do THOA.

A produção teórica de Cusicanqui indica como a modernidade foi um projeto intrinsecamente colonialista e genocida. Pode ser vista como uma radiografia do que é central para um maior alinhamento político e pedagógico com a totalidade de experiências obtidas, também, no Brasil. Alguns aspectos trabalhados mostram parte da relevância de pesquisas comparadas, e que podem aproximar nossas percepções acerca da violência colonial sofrida e seus desdobramentos na atualidade. Apreendemos argumentos que contribuem para análises críticas sobre práticas descolonizadoras. O livro *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900-1980*^{iv} (CUSICANQUI, 2010), foi recebido, em diversos setores e, em diferentes universidades, como um dos mais importantes aportes para entender o pensamento social andino. A Revolução Nacional, de 1952^v, serviu como um dos elementos disparadores para o exame das inúmeras transições vividas na região.

Uma importante abordagem, que atravessa suas pesquisas – conforme já mencionado anteriormente –, tem como escopo, a narrativa apoiada nas imagens: *a sociologia das imagens, se converteu para mim uma espécie de incubadora de experimentação pedagógica que me ajudou a desenvolver algumas das ricas experiências formativas do THOA, mas orientando seu uso para inquietudes mais diversas e marginais* (CUSICANQUI, 2015, p. 14). Essas imagens emergem com distinção por favorecerem o desmascaramento do colonialismo contemporâneo, sendo esse outro aspecto em destaque. Atos coloniais, direitos civis, cidadania e gênero são temáticas presentes no trabalho atento às críticas pós-coloniais, com destaque para a perspectiva de autoras/es indianas/os. Seus livros *Sociologia de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina* (2015), e *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores* (2010), são resultado de estudos que merecem deferência. O argumento de fundo, nas duas últimas obras citadas, inclui perguntas que se conectam com o lugar das culturas visuais e sobre como essas permitem captar sentidos bloqueados e esquecidos pela chamada “língua oficial”. Cusicanqui menciona um “excesso retórico” nocivo e nesse jogo de sentidos, a textualidade tem a ver com as fontes de produção autorizadas pelas imagens. Essas últimas nos permitiriam ver outros fenômenos prejudicados pelo excesso retórico. A

nosso ver, suas abordagens permitem um mergulho nos modos de resistir e de reinvenção onde se aprende em trânsito, sacudidas/os por outras formas de produção de conhecimento que podem ser menos textuais e mais imagéticos.

A coletânea *Debates post coloniales: una introducción a los estudios de la subalternidad* (1997) foi organizada juntamente com Rossana Barragán e reuniu especialistas na temática dos Estudos Subalternos. Dentre elas/es Ranajit Guha, Gyan Pandey, Shahid Amin, Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, Gayatri Chakravorty Spivak e Veena Das. Ao apresentarem o livro, Cusicanqui e Barragán enfatizam a importância dessa primeira série de textos traduzidos para o espanhol, bem como a dimensão crítica do grupo, inicialmente formado por historiadoras/es. Colonialismo e nacionalismo britânicos foram as duas dimensões chaves, que segundo o destaque dado, definem parte de suas inclinações para o trabalho de confrontar-se com perspectivas da dominação europeia e das elites locais na Índia. Conforme o prefácio elaborado, seria indispensável aproximar tais realidades – bem como aproximar seus/suas diferentes críticas/os -, que geraram sujeitos fixados por processos subalternizadores.

Notadamente, Cusicanqui é uma autora de grande importância nos estudos sobre a AL e os processos de resistência anti-coloniais. Suas análises tem ajudado a animar os debates sobre o colonialismo interno^{vi} latino-americano. A pesquisa sociológica e historiográfica que desenvolve tem como horizonte, pensar uma multiplicidade de caminhos para se conhecer fenômenos de uma cultura de combate, conforme se observa no livro *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900-1980* (2010).

No ensaio *Del MNR a Evo Morales: disyunciones del Estado colonial*, publicado na Revista *Sol de Pando*, faz a seguinte ênfase:

El paradigma que encarnan los indígenas en resistencia no sólo exige un gesto externo de respeto por la diversidad cultural. No bastan las palabras, mucho menos aquellas que disfrazan y encubren, para adornar los discursos del poder. Es hora de empezar a descubrir a la india y al “salvaje” que todos y todas tenemos en nuestro interior, porque si se piensa en la solidaridad como un gesto de favor y desde afuera, estaríamos reproduciendo la labor misionera y civilizatoria de quienes nos antecedieron: del MNR a Evo Morales, remontándonos a la cristianización de la colonia temprana y a la violenta labor expropiadora de la etapa oligárquica (CUSICANQUI, 2013, p. 5).

Ao inquirirmos sobre o lugar de importância do emaranhado de demandas anunciado acima, é pertinente notar a densidade do temário anti-colonial invisibilizado, em diferentes

esferas. No Brasil, não aparece nos materiais didáticos, nos editoriais das grandes empresas midiáticas. Tampouco aparece no currículo de inúmeros cursos universitários, em distintas carreiras que poderiam animar a formação nas Ciências Sociais. A nosso ver, faz falta incorporar em nossas pesquisas, os achados teórico-metodológicos de Silvia Rivera Cusicanqui, pela ancoragem que alcança realizar. Para os grupos de estudiosas/os que indagam sobre o pós-colonial, na AL, favorece maiores condições de mapear as especificidades dessa teorização. Convém observar que, na sua produção, tem defendido os intercâmbios acadêmicos, incluindo os diversos países do Sul.

A cada encontro com outros territórios e sujeitos neles presentes, reinventamos sentidos de fronteira. Estamos, com isso, situando a densidade de proposições pouco exploradas nas pesquisas do campo da Filosofia, Sociologia e da Educação. As incursões, também ajudam a gerar indagações sobre os sentidos de estar mais ao Sul, sendo tal itinerário, parte de um desmonte teórico-epistêmico e atalhos para práticas descolonizadoras, no sentido dado por Cusicanqui.

No processo de reinscrições filosóficas, políticas e pedagógicas que buscamos o quadro analítico de Santiago Castro-Gómez apresenta análises revitalizadoras, bem como outras oportunidades de pensarmos os achados de Silvia Rivera Cusicanqui.

Santiago Castro-Gómez e o problema dos discursos e práticas coloniais

Com forte penetração, não apenas na AL, Santiago Castro-Gómez desenvolve seu doutorado na *Universitat Frankfurt*, o que culminou em uma tese sobre o Iluminismo como discurso colonial. Uma das suas preocupações está no papel do conhecimento na consolidação hegemônica dos sistemas abstratos e a reprodução simbólica do mundo da vida. O pensamento social crítico (desenvolvido no âmbito da AL), tem sido alimentado por abordagens inovadoras como aquelas que o autor tem apresentado, desde seus estudos filosóficos. Podemos considerar que parte de suas apostas tem a ver com as dimensões cultural y epistêmica do colonialismo. E sendo assim, assume o grande desafio, a nosso ver, que é desconstruir o mito eurocêntrico da modernidade. Influenciado por outros tantos pensadores, vê-se, nesse percurso, o compromisso de fomentar a Filosofia latino-americana.

O trabalho *Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”* (2003) reflete aspectos da perspectiva latino-americana e de temas chaves, atravessados

pelo problema do eurocentrismo e da colonialidade. Ao explicar os simulacros para se gerar o apagamento de identidades culturais pré-existentes, e, portanto, a “invenção do outro”, Castro-Gómez dialogou com as teses de Beatriz González Stephan (1995) sobre as práticas disciplinares que contribuíram para forjar os cidadãos latino-americanos no século XIX, quais sejam: as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas da língua. Com esse quadro, se concluiu que a legitimidade está na “escritura”: *Escrever era um exercício que, no século XIX, respondia a necessidade de ordenar e instaurar a lógica da civilização e que antecipava o sonho modernizador das elites Criolas. A palavra escrita constitui leis e identidades nacionais* (2003, p. 148). Portanto, tal estratégia é parte do projeto fundacional de nação que se alcança com a implementação de *instituições [...] (escola, hospício, escritórios, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros* (2003, p. 149).

No livro *La poscolonialidad explicada a los niños: perspectivas latinoamericanas sobre modernidad, colonialidad y geopolíticas del conocimiento* (2005), Castro-Gómez, afirma que *a especificidade do debate latino-americano só pode ser apreciada na contramão do que em outros lugares se discute sob a rubrica pós-colonial* (2005, p. 12). Suas investidas giram em torno, de pôr em relevo, como a AL é representada e convertida no “outro colonial”, servindo a uma narrativa hierarquizante que alimenta, inclusive, a idéia de Europa. Para tanto, produz uma crítica aos pressupostos considerados parte da teorização que tem sustentado essa reflexão e crítica, nos últimos anos:

O que os teóricos das ex-colônias da Europa na Ásia e no Oriente Médio como Said, Bhabha, Spivak, Prakash, Chatterjee, Guha e Chakrabarty começaram a mostrar é que o colonialismo não é apenas um fenômeno econômico e político, mas tem uma dimensão epistêmica ligada ao nascimento das ciências humanas, tanto no centro como na periferia. Neste sentido, poderíamos falar de colonialidade em vez de colonialismo para destacar a dimensão cognitiva e simbólica desse fenômeno (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 19-20).

O autor recupera, ainda, aspectos ilustrativos do percurso de coletivos formados, na Colômbia, e que problematizaram as questões sobre modernidade e colonialidade. Em nossa apreensão, é ele quem melhor indica os pontos de contatos e de disjunções da teorização latino-americana com a crítica dos/as teóricos/as das ex-colônias britânicas. E essa ênfase está na

compreensão do lugar de importância da obra de Edward Said, “Orientalismo”^{vii}, de 1995. Sobre tal percepção, aponta:

O autor começou a mostrar o que para Marx era um "ponto cego": a centralidade de dois elementos 'superestruturais' - conhecimento e subjetividade - para consolidar a dominação imperial da Europa, o dominador europeu construiu o "outro" como um objeto de conhecimento (Leste) e também construiu uma imagem de auto-centrado de seu próprio lugar *enuntiationis* (West) no processo de exercer domínio (2005, p. 23).

Vimos com Castro-Gómez, que as reflexões de Edward Said -, em orientalismo -, sobre as Ciências Humanas, centram-se em uma problemática desenvolvida na AL, sobre modernidade/colonialidade. Trata-se da crítica ao eurocentrismo.

Não obstante, o filósofo colombiano afirma que a teoria pós-colonial anglo-saxônica – não é suficiente para dar visibilidade às idiossincrasias do debate latino-americano. Dentre tantas outras interpretações realizadas no campo da Filosofia, Castro-Gómez contribui com uma releitura importante sobre como alguns grupos de estudiosos passam a interagir problematizando aspectos, antes, desprezados sobre esses territórios e seus (suas) intelectuais. Faz diferença se pusermos atenção aos esquemas específicos gerados, para compreender a análise produzida de dentro, uma análise advinda dos que dela fazem parte como pensadoras/es (de diferentes áreas de estudo), que produzem importante reflexão sobre limitações do debate pós-colonial - quando o foco recai na região antes conhecida como Abya Yala (posteriormente concebida como AL). Em sua pesquisa, localizamos a coesão em torno de conceitos desenvolvidos, bem como o estado da arte indicando, por exemplo, algumas publicações do programa de investigação emergente (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 9), nesse caso o grupo Interdisciplinar Modernidade/Colonialidade^{viii}. No ano de 1999, o Instituto Pensar (Universidade Javeriana) publica a obra *Pensar (en) los interstícios: teoría y práctica de la crítica poscolonial* e, a coletânea, inclui trabalhos dos teóricos Jameson, Ahmad, Mignolo, Dussel, Wallerstein, Sarup, Quijano e de Lander, sobre a crítica pós-colonial. No mesmo ano, a Universidade dos Andes lança *Multivocalidad histórica: hacia una cartografía poscolonial de la arqueología*, do antropólogo Cristóbal Gnecco. O interessante da última obra, conforme Castro-Gómez é ver como o autor utiliza as ferramentas das teorias pós-coloniais para investigar a trajetória da Arqueologia na Colômbia.

Ao perseguirmos um outro argumento de grande envergadura, em seus estudos, foi importante examinar conceitos que dizem respeito à conformação ideológica da Colômbia -, uma sociedade marcada pela sede de distinção racial e que se concebeu, se auto-representou como estando mais ao Norte. Em *La Hbris del punto cero* (2010), podemos ver como a brancura se converte em o capital mais precioso das chamadas elites Criolas onde, *la limpieza de sangre* [...], *la creencia en la superioridad étnica de los Criollos sobre los demás grupos poblacionales de la Nueva Granada, actuó como habitus desde el cual la Ilustración europea fue traducida y anunciada en Colombia* (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 15). Pelo exposto, as elites locais, apresentam comportamentos que se aproximam em distintos territórios violados pelos colonizadores e adotam como horizonte, estar mais ao Norte, bem como lançar mão de recursos como o “dispositivo da brancura”, enfatizados acima. Dentre os seus interesses, está, justamente, os simulacros das “políticas de embranquecimento” (grifos nossos) enraizados nos paradigmas que sustentam a legitimação dos *cânones* impostos pelos processos de dominação.

Ao considerar o *habitus colonial* e o *dispositivo da brancura* no seu quadro teórico, Castro-Gómez (2010) chama nossa atenção pelos níveis de capilaridade de seu pressuposto mais instigante, para um exame sobre os indícios de uma “razão latino-americana”. A racionalidade básica do dispositivo da brancura prevaleceu tendo como traço preponderante o ordenamento e a conformação fundados na “limpeza de sangue”. Em outros termos, o *habitus colonial* levou a AL a um modelo de acomodação de identidades fragmentárias forjadas em contextos transnacionais (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 348), fato este que nos fixou assimetricamente no jogo colonial: de um lado, agrupamentos sociais pertencentes ao “resto do mundo”. Do outro, os colonizadores. Nessa obra, apresenta um esquema que diz respeito ao ideário da classificação racial. Prefere descrever essas relações utilizando a categoria “colonialidade do poder” que faz referência a uma criação e reprodução de uma taxonomia das raças que é um outro aspecto para construir a subjetividade pessoal e para consolidar as hierarquias sociais mantendo a ordem estabelecida. Castro-Gómez trabalha com o conceito de capital social retirado do esquema que Pierre Bourdieu também adota:

A brancura, como diria Bourdieu, era um *capital cultural* que permitia às elites Criolas se diferenciar socialmente de outros grupos e legitimar seu domínio sobre eles em termos de *distinção*. A brancura era, pois, primordialmente um *estilo de vida* demonstrado publicamente pelos estratos mais altos da sociedade e *desejado* por todos os demais grupos sociais (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 71).

Acrescenta que havia um desprezo extremo, pelos grupos que resultavam da mestiçagem entre negros e índios no período colonial (p. 80). Desse modo, o dispositivo da brancura construiu um *ethos* responsável pela promoção da degenerescência das identidades interpretadas como não pertencentes aos altos estratos daquela sociedade. A “limpeza de sangue”, na Colômbia, assegurava a transmissão da riqueza e evitava a perda do capital dessas altas castas. A linhagem, portanto, figurou como uma distinção dessas elites e impôs uma supremacia ideológica advinda do segmento privilegiado. Podemos supor que, com esse pressuposto, aproximamo-nos de um legado que vai além das fronteiras geopolíticas. Trata-se de especificidades da conformação social promovida por subjetividades que, por sua vez, formam parte dos arranjos coloniais indispensáveis para se garantir a distinção. Remete-nos a um processo de desprendimento que nos leva a indagar sobre os modelos acionados pelas elites coloniais e os acordos que convencem tais estratos a buscarem táticas de manutenção dessa distinção e, conseqüentemente, privilégios. Ao localizar esses lugares de consolidação das elites *Criolas*, Castro-Gómez oferece um conjunto de noções que atravessam as pesquisas sobre o eu e o outro nesses processos de negação de si.

A nosso ver, as elites do Brasil, guardariam, também, como ideário, um tipo de nobreza de privilégios – aspectos já apreendidos em outros estudos sobre hierarquias raciais, bem como estratégias de ocupação dos melhores espaços da sociedade. Ao que tudo indica, esse fenômeno se desdobra e favorece encarnações danosas para o *eu* e para o *outro* da colonização, para fazermos referência ao quadro proposto por Edward Said (1995).

Silvia Rivera Cusicanqui observou como os processos de insurgência e as mobilizações realizadas pelos/as Aymaras, não fizeram parte das previsões de grande parte de pesquisadores das Ciências Sociais (2015, p. 14-15) e deu relevo às reações frente aos fóruns que, de alguma forma, incorriam em fixá-los como “objetos de estudo”. Como exemplo, das estratégias anti-coloniais adotadas pode-se considerar as escolas organizadas de modo clandestino (CUSICANQUI, 2015, p. 99). Como um processo de insurgência, *até 1949, existiram 898 escolas indígenas autônomas, sustentadas e financiadas por comunidades e grêmios rurais e urbanos*. Frente ao Estado boliviano, o florescimento de reações de setores organizados, deu lugar, até a década de 1920, a conformação de uma ampla frente anti-colonial que contou com grêmios de trabalhadores urbanos de filiação anarquistas, Caciques-apoderados indígenas^{ix}, além de setores médios como estudantes, professores e artistas. Todos eles *buscaram formular*

e estender a noção de cidadania, que até então os excluía, sistematicamente, da vida política do país (p. 100).

Steban Ticona Alejo, em sua pesquisa sobre saberes e conhecimentos anti-coloniais (2010) afirma que desde a *Ley de exvinculación*^x (1874) se intensificou as violências contra as comunidades indígenas e, nesse processo, foi importante observar estratégias de vinculação frente a necessidade de co-existência. Acrescenta que *en la concepción andina, hay una clara relación entre tierra y territorio. Ambos tienen fuertes connotaciones “sacras” y, a la vez, son realidades sociales y económicas fundamentales. Hay como un continuo entre tierra y territorio* (2010, p. 63). Conforme o autor, a “indianidade” é analisada como pensamento libertador e anti-colonial concebido desde os colonizados. E isso não se refere somente aos povos originários, mas sim a todos que pensam a libertação dos oprimidos e explorados do mundo (2010, p. 95).

Teorias e práticas descolonizadoras desde América Latina: notas conclusivas

A teoria de Frantz Omar Fanon pode ser entendida como desdobramento de sua indignação, ao reconhecer as mazelas que o colonialismo promoveu em larga escala. Suas preocupações fizeram com que sua vida estivesse voltada para o diagnóstico dos efeitos desse modelo de dominação, em todo o mundo. A partir do processo colonial, Fanon abordou os estilos europeus de migração forçada e de destruição cultural que transformou a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Atingidos pelas atrocidades da aventura europeia, homens e mulheres foram definidos como indígenas e/ou negros, recebendo, portanto, um primeiro traço de desumanização, já que ser indígena e/ou negro representava não ser branco e, não ser branco, significava não ser humano.

Adotamos, para este trabalho, parte das inclinações que Silvia Rivera Cusicanqui e Santiago Castro-Gómez apresentam quando problematizam, desde os interstícios de suas andarilhagens e proposições teóricas, questões que vão além de simples “objetos” de pesquisa. É mister apontar como alcançaram complexificar aspectos dos efeitos da colonização que complementam o mosaico interpretativo realizado, inicialmente pelo jovem Fanon, entre as décadas de 1950 e 1960. Partem das vivências bem como narrativas em disputa sobre AL e assim como fizeram, em suas opções políticas e investigativas, estamos indo *más allá* para

cartografarmos aspectos de nossa história mais recente de luta e de re-existência a partir dessa teorização fanoniana, a nosso ver.

Buscar estratégias para alcançar re-inscrições epistêmicas no que concerne aos modos de pensar-se como território, e/ou como coletivos subalternizados, parece cada vez mais imperativo. Ao elegermos os debates provocados nos inúmeros fóruns realizados no âmbito da nossa região, para maior penetração no campo do pensamento pedagógico e social latino-americano, foi importante inserir, na lista de nossas leituras, algumas/alguns proponentes responsáveis por disputas imprescindíveis em termos de outros sentidos, menos hierárquicos, para a pesquisa no campo acadêmico no Brasil. Pouco a pouco, essa procura tem indicado interseções surpreendentes ao ponto de privilegiarmos desvios de nossas incursões.

Para situarmos a perspectiva pedagógica, de um ir e vir investigativo e expedicionário onde se privilegia países como, Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba e Equador, vale a pena não deixar para trás um desenho que podemos, de tempos em tempos, acender os contornos (ainda que mentalmente): movimentos de internacionalização de nossas pesquisas, com o foco nos grupos de estudos, nos coletivos organizados e nos trabalhos de intelectuais latino-americanos/as, ainda são recentes.

As justificativas para se desconsiderar os vínculos do Brasil com os demais países podem ser inúmeras, sendo uma delas, as diferenças lingüísticas; supostamente, estaríamos isolados e sem condições de nos conectarmos. Estar mais ao Sul e menos ao Norte pode significar, na experiência de brasileiros/as e investigadores/as, uma mudança de *locus* implicando a conformação de um outro *ethos*. Ainda que tais representações persistam, podemos superá-las com o fomento ao intercâmbio centrado nas pesquisas realizadas nas universidades da AL. Com essa re-orientação, os constructos que defendemos, incluem a produção de estudiosas/os, que nasce dos inúmeros *talleres* promovidos em ambiências que vão além dos espaços universitários. Ações descolonizadoras podem ser aquelas analisadas por Silvia Rivera Cusicanqui, ao historicizar os movimentos anti-oligárquicos e, conforme seus pressupostos somos convocadas/os a re-existir. Os outros sentidos que almejamos alcançar, para a pesquisa acadêmica, saem de um híbrido de urgências políticas e pedagógicas, onde movimentamo-nos, como expedicionárias/os, tomando consciência de uma agenda não mais local e sim global.

Referências

ALEJO, Steban Ticona. *Saberes, conocimientos y prácticas anticoloniales del pueblo Aymara-quechua en Bolivia*. La Paz: Agruco; Plural Editores, 2010.

CARRILLO, Alfonso Torres. *La Educación Popular: trayectoria y actualidad*. Bogotá: Editorial El Buho. 2008.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Crítica de la razón latinoamericana*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2011.

_____. *Latinoamericanismo, modernidad, globalización: prolegómenos a una crítica poscolonial de la razón*. s/d. Disponível em: <<http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/teoriassindisciplina.pdf>>. Acesso em 04 dez 2017.

_____. *La Hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Universidad Javeriana, 2010.

_____. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Bogotá: Editorial Universidad del Cauca; Instituto Pensar/Universidad Javeriana, 2005.

_____. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, Edgardo. (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2003.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El ojo intruso como Pedagogía. s/d. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/documentos/Revista%20Mexicana%20La%20Tempestad%20Cuatro%20Figuras%20del%20Pensamiento%20Latinoamericano.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2017.

_____. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

_____. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

_____. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900-1980*. La Paz: La Mirada Salvaje, 1984.

_____. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: ROSILLO MARTINEZ, Alejandro. (org). *Teoría crítica dos Direitos Humanos no século XXI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 154- 175, 2008.

_____. *Del MNR a Evo Morales: disyunciones del Estado colonial*. 2013. Disponível em: <<http://www.soldependo.com/silvia-rivera/>>. Acesso em 04 dez. 2017.

CUSICANQUI, Silva Rivera; BARRAGÁN, Rossana. (orgs). *Debates Post Coloniales: una introducción a los Estudios de la Subalternidad*. La Paz: SEPHIS; Ediciones Aruwiwiri; Editorial Historias, 1989.

MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny Milena Quiñones; SILVA, Rejane Costa da. Redes interculturales y perspectivas dialógicas en Afroamericana: la intersección Brasil–Colombia. *Revista da FAEBA*. vol. 25, n. 45, 2016.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: APPRIS, 2012.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, vol. 21, n. 54., p. 505-517, 2008.

STEPHAN, Beatriz González. Modernización y disciplinamiento. La formación del ciudadano: del espacio público y privado. In: STEPHAN, Beatriz González; LASARTE, J.; MONTALDO G.; DAROQUI, M. J. (orgs). *Esplendores y miserias del siglo XIX*. Cultura y sociedad en América Latina. Caracas: Monte Avila Editores, 1995.

ⁱ Doutora em Educação (PROPEd/UERJ) e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIRIO. Coordena os projetos de pesquisa Intercâmbio Colômbia - Brasil: experimentos afrolatinos e diálogos interculturais na produção do conhecimento refletida nas políticas curriculares e o projeto Como a Educação Intercultural impacta as políticas e as práticas curriculares no Brasil e na Colômbia: um estudo comparado sobre a participação dos movimentos pedagógicos e as perspectivas de gestores/as e etnoeducadores/as. É membro do Grupo de Trabalho da CLACSO Afrodescendência e pensamento crítico (2016-2019). Faz parte da Red de Etnoeducadores Los Hilos de Ananse na Colombia e da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras. É líder do grupo de pesquisa Formação de professores, Pedagogias Decoloniais, currículo e interculturalidade: agendas emergentes na escola e na universidade. Parecerista do GT 21 da ANPÉd, suas pesquisas incluem o pensamento decolonial latino-americano, a Crítica Pós-colonial, Educação e Interculturalidade, Narrativas subalternas, Descolonização do conhecimento, Estudos críticos da branquitude, afrolatinidade e diálogos educacionais na diáspora africana.

ⁱⁱ Sobre este tema, consultar “Redes interculturales y perspectivas dialógicas en Afroamericana: la intersección Brasil–Colombia” (MIRANDA, RIASCOS y SILVA, 2016).

ⁱⁱⁱ Santiago Castro-Gómez recupera de Aníbal Quijano, a noção de “colonialidade do poder” que na sua visão, amplia e corrige o conceito de poder disciplinador de Foucault, por mostrar que os dispositivos panópticos acionados pelo Estado moderno se inscrevem em uma estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias.

^{iv} A primeira edição da obra é de 1984.

^v A Revolução boliviana de 1952 (ou Revolução Nacional) se constitui como um divisor de águas para o país. Teve, por mais de uma década, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) como responsável por medidas que incluíam reforma agrária, voto universal, dentre outras políticas sociais de reconhecimento dos povos originários.

^{vi} Esse conceito é desenvolvido por outro importante teórico, Pablo González Casanova no artigo colonialismo Interno (uma redefinição) que pode ser encontrado na Revista *Rebeldía*, n. 12, outubro de 2003. (<http://www.revistarebeldia012/art06.html>).

^{vii} Conforme Santiago Castro-Gómez (2005), as teorias de Foucault e de Derrida constituem a fonte teórica e metodológica do livro de referência de Edward Said.

^{viii} No livro *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global* (2007) organizado juntamente com Ramón Grosfoguel, pode-se examinar a importante movimentação de intelectuais latino-americanas/os em torno da crítica às Ciências Sociais.

^{ix} Os “Caciques-apoderados indígenas” começaram um movimento (1874) que se dedicou a luta pela defesa da terra bem como se preocupou com a educação indígena, frente a reforma educativa nacional implementada a partir de 1905, pelo governo de Ismael Montes Gamboa (1904 -1909).

^x A referida lei foi parte do desmonte da perspectiva organizacional dos Aillu, um segmento indígena que trabalha coletivamente em um território de propriedade comum. A Lei de “exvinculación” sancionou a substituição da propriedade coletiva pela propriedade privada (ALEJO, 2010).